

As cicatrizes da Ditadura Militar para o povo indígena Krenak

Atualmente nós do povo indígena Krenak aproveitamos alguns momentos como o mês de abril, palestras e eventos sociais para mostrar que ainda estamos vivos e dizer para a sociedade envolvente que passamos por muitas guerras, lutas e extermínios. Hoje lutamos contra empreendimentos invasivos, como os ferroviários, as hidrelétricas, Mineração e, contra o mais terrível, o descaso do Estado Brasileiro em relação aos nossos direitos.

Recentemente muitos eventos e alguns acontecimentos estão carregados pela memória e avaliação dos 50 anos do golpe militar de 1964, que gerou uma ditadura que se arrastou por mais de duas décadas. Diante desse marcante acontecimento para história brasileira, eis a pergunta: quando a sociedade brasileira avalia os estragos da ditadura, as atrocidades que as pessoas sofreram pela repressão militar, qual o reconhecimento da situação pela qual nós indígenas passamos naquela mesma época?

Durante os anos de chumbo a ditadura militar criou no Brasil presídios para índios com trabalhos forçados, imposição cultural, esquemas de dominação e torturas. Um desses presídios foi criado em nossa Terra Indígena Krenak. Para o presídio construído em nossa terra, foram destinados índios de espírito mais livre, de todo o Brasil. E os motivos pra isso foram diversos. Por exemplo: por incomodarem o SPI/FUNAI na disputa por seus territórios, Acusações de vadiagem, pederastia, consumo de álcool, saída da aldeia sem ordem dos militares e desobediência foram razões para jogar muitos índios e principalmente nosso povo Krenak em prisões e solitárias. O maior ato de desobediência era falar a própria língua. Eram muitos os maus tratos, como trabalho forçado, castigos com treinamentos de cães, torturas com arrastagem amarrados em rabos de cavalo pela aldeia. Em nossa terra tradicional, o Governo manteve silenciosamente por muitos anos o presídio, que funcionou como um “campo de concentração étnico”. E como não bastasse o Governo Brasileiro teve varias iniciativas de exilar o nosso povo Krenak para outros lugares do país.

Os exílios começaram quando o interventor do governo militar em Minas, Rondon Pacheco, autorizou a Ruralminas, com sede até hoje em Governador Valadares, a tomar a terra indígena e distribuí-la entre mais de 50 fazendeiros, incluindo um terreno para o Patronato da Igreja Católica de Resplendor. Para fazer prevalecer os títulos de terra ilegais, velhos, mulheres e crianças do nosso povo foram acomodados em caminhões de transporte de bois, também em alguns vagões de carga do trem da Companhia Vale do Rio Doce e retirados à força da terra. Foram levados para viver entre os Tupinikim no Espírito Santo, entre os Maxakali no Jequitinhonha, entre os Kaingang em São Paulo, na Fazenda Guarani de Carmésia e na Ilha do Bananal em Goiás – hoje Tocantins. Divididos e expatriados para desaparecer.

Até os dias de hoje, pouco se divulgou sobre a criação dos presídios indígenas e seus desdobramentos. Mas, podemos afirmar que foram duros anos para nosso povo, que interferem até hoje.

Não é fácil conviver com a falta de paz espiritual que afeta a nossa família e ao nosso povo. Durante a ditadura militar, muitos parentes morreram nos exílios e hoje não conseguimos terminar as passagens de nossos rituais fúnebres. Os transtornos deixados pela ditadura são os mais diversos, como a falta do nosso território sagrado conhecido por Sete Salões que ficou de fora da atual demarcação. Essa demarcação se tornou mais urgente depois do crime ambiental das empresas de Mineração Samarco, Vale S/A e BHP Billiton, em que, uma de suas barragens de rejeitos de mineiro se rompeu novembro de 2015, derramando um mar de lama no vale do Rio Doce em nosso sagrado WATU.

No Brasil tivemos muito marcos histórico visto por alguns como “descolonização”. Por exemplo, a proclamação da Independência, libertação dos escravos, promulgação de uma constituição democrática. Tais acontecimentos garantem fundamentos legais julgados necessários naquele período, mas são incapazes de modificar padrões de comportamento de origem colonial. Para tanto, a mudança na relação do Estado Brasileiro com os povos indígenas, depende fortemente da identificação seria e constante de como as relações de dominação, imposição, negação de outras culturas possíveis se mantêm ou são vistas como normais.

Diante dessa situação nós do Povo Indígena Krenak pedimos apoio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que nos ajude na demarcação do nosso território sagrado Sete Salões. Solicitamos ainda que a Comissão Interamericana interceda junto ao governo brasileiro para que o mesmo anistie nosso povo por todas as violências sofridas durante o período da Ditadura Militar. Atos violentos que perpetuam até hoje na negação de nossas terras, de nossos direitos, na poluição do meio ambiente e na exclusão dos povos originários para construção de uma nova política e consolidação de uma cultura democrática de Direitos.

Atenciosamente,

Douglas Krenak
Jornalista e Liderança Krenak